



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
03 DE MAIO DE 2017

N.º 10/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes e Prof.ª
Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Proposta de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso	4
2 – Proposta de Regulamento e Funcionamento da Loja Social de Santa Marta de Penaguião	5
3 – Prestação de Serviços de Consultadoria e Apoio Jurídico – Renovação de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio	6
4 – Prestação de Serviços de Assessoria na Área de Recursos Humanos – Renovação de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio.....	9
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
5 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	12
6 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência	13
7 – Comunicação/Conhecimento dos Contratos de Aquisição de Serviços.....	13
Serviços de Tesouraria	
8 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 13 a 27 de abril de 2017.....	14
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
9 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	14
10 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: José Teixeira Cardoso Gaio – Freguesia de Fontes.....	15



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

- 11 – Agrupamento de Escola de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Participação Financeira para Peça de Teatro..... 17

Serviços da Cultura

- 12 – Centro Desportivo Cultural e Recreativo de Alvações do Corgo – Apoio às Obras do Salão..... 17
- 13 – Comissão de Festas em Honra de Santa Bárbara – São João de Lobrigos – Pedido de Participação Financeira..... 18
- 14 – Celebração do dia da EN2 – Autorização da Despesa..... 19

Serviços do Desporto

- 15 – Concessão do Direito de Exploração do Bar das Piscinas Municipais..... 19
- 16 – Real Clube de Penaguião – IV Penaguião Cup – Pedido de Apoio Financeiro..... 21
- 17 – Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Pedido de Apoio Financeiro..... 22
- 18 – Rampa SANTA MARTA – Parceria com o Clube Automóvel da Régua - Participação Financeira – Protocolo de Colaboração..... 22

Serviço da Ação Social

- 19 – Associação Penaguião em Movimento – Ida a Pé a Fátima – Pedido de Apoio Financeiro..... 24

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 20 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 25



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Proposta de Regulamento da Comissão

Municipal de Apoio ao Idoso

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O Município de Santa Marta de Penaguião, considerando que situações de dependência, decorrentes da idade doença prolongada, convalescença, incapacidade, isolamento ou condições económicas desfavoráveis, constituem uma problemática de extrema relevância para o concelho e tendo em conta que urge zelar pelo bem estar e felicidade dos nossos idosos, pretende-se regulamentar um Projeto, designado de Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, que, de forma abrangente, procura proceder à identificação, avaliação e resolução de situações-problema desta facha etária que coloquem, entre outras, a sua situação de segurança, saúde, higiene e dignidade em risco. -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária de dia 21 de fevereiro de 2017, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, atribuindo aos interessados o prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que considerassem por conveniente. -----

----- Concluído que está esse prazo e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o n.º 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro; ----

----- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Ex.ª a proposta de projeto do referido regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta do Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- c) Que, em caso de aprovação pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no site da internet do Município e mediante publicação no Diário da República." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, nos termos da proposta e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Proposta de Regulamento e Funcionamento da Loja Social de Santa Marta de Penaguião

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "O Município de Santa Marta de Penaguião, sendo um agente fundamental de aplicação de políticas de proteção social e desempenhando um papel fulcral na elaboração de estratégias de desenvolvimento social integrado e na criação de respostas sociais inovadoras e sustentáveis, pretende regulamentar um Projeto, designado de Loja Social, que, de forma abrangente, procura ir ao encontro das necessidades das famílias mais carenciadas do concelho, nomeadamente ao nível do vestuário e do calçado, mas também de outros bens que sejam considerados prioritários para a população-alvo em questão. -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária de dia 21 de fevereiro de 2017, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento da Loja Social, atribuindo aos interessados o prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que considerassem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que

W
Q

dispõe o n.º 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro; ----
---- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Ex.ª a proposta de projeto do referido regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta do Regulamento e Funcionamento da Loja Social de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- c) Que, em caso de aprovação pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no site da internet do Município e mediante publicação no Diário da República.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de Regulamento e Funcionamento da Loja Social de Santa Marta de Penaguião, nos termos da proposta e submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, em conformidade com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**Prestação de Serviços de Consultadoria e Apoio
Jurídico – Renovação de Contrato na Modalidade
de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio**

---- 3 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

---- “De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contratos de tarefa e avença apenas podem ter lugar quando, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não



subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços; c) seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social; e inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- Acresce, no entanto, e sem prejuízo dos requisitos referidos, que nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, a celebração daqueles contratos depende, ainda, de prévio parecer do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 1 do supra citado artigo 32.º da LTFP, da existência de cabimento orçamental. -----

----- Por sua vez, a Lei n.º 42/2017, de 28 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2017 – LOE2017), no n.º 1 conjugado com o n.º 7 do seu artigo 51.º, estabelece no mesmo sentido de que para as autarquias locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo da competência da Câmara Municipal a emissão desse parecer de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do supracitado Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

----- No entanto e de acordo com o n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, refere que as autarquias locais estão dispensadas da verificação do referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º da LOE2017. -----

----- Considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se renovar o contrato de prestação de serviços de Consultadoria e Apoio Jurídico; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 23 de novembro do ano transato, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Lei n.ºs 20/2012, de 14 de Maio, 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 22/2015, de 17 de Março, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012,

W
φ

de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 100.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando que o contrato a celebrar tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo (alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LTFP), em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo da sua execução, considerando-se, portanto, como trabalho não subordinado (alínea a) , do n.º 1 do artigo 32.º da LTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

----- Considerando que o preço do contrato é de 3.000,00 € anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da LOE 2017, verifica-se que o valor estimado do contrato referido não ultrapassa os valores globais pagos em 2016 referentes a contratos celebrados com idêntico objeto e ou contraparte. -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença, que possibilita a celebração do contrato em apreço. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

- a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Emitir, por força da conjugação do disposto no n.º 1 e no n.º 7 do artigo 51.º, da LOE 2017 e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro com a redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, autorização prévia favorável relativamente à **renovação** do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, com a **Dr. Cesário Mesquita Ferreira**, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 32.º da

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho e no n.º 2, do artigo 51.º, da LOE 2017.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

b) Emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato de Prestação de Serviços de Consultadoria e Apoio Jurídico, nos termos da informação dos serviços. -----

Prestação de Serviços de Assessoria na Área de Recursos Humanos – Renovação de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Parecer Prévio

----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 10.º e n.os 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contratos de tarefa e avença apenas podem ter lugar quando, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços; c) seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social; e inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- Acresce, no entanto, e sem prejuízo dos requisitos referidos, que nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, a

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 03 de maio de 2017

W 1
Φ

celebração daqueles contratos depende, ainda, de prévio parecer do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 1 do supra citado artigo 32.º da LTFP, da existência de cabimento orçamental. -----

---- Por sua vez, a Lei n.º 42/2017, de 28 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2017 – LOE2017), no n.º 1 conjugado com o n.º 7 do seu artigo 51.º, estabelece no mesmo sentido de que para as autarquias locais, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo artigo, sendo da competência da Câmara Municipal a emissão desse parecer de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do supracitado Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro. -----

---- No entanto e de acordo com o n.º 3 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017, refere que as autarquias locais estão dispensadas da verificação do referido na alínea b) do n.º 2 do artigo 51.º da LOE2017. -----

---- Considerando que face à complexidade técnico legal da legislação que rege a área de Recursos Humanos nas autarquias locais por via da constante publicação de diplomas legais que regulamenta a mesma, designadamente a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a gestão do pessoal transformou-se por completo, tornando-se bastante complexo e fundamental para o funcionamento das autarquias;

---- Neste contexto, considerando que o Município não tem, no seu Mapa de Pessoal, técnicos suficientemente qualificados para levar a cabo tarefas imanentes dos diplomas legais aplicáveis à gestão de recursos humanos, importa garantir que os atos administrativos inerentes são efetuados de forma mais célere possível, sem prejuízo de todo o normativo legal aplicável, o que exige a colaboração de um técnico com experiência nesta matéria e que esteja devidamente habilitado para o efeito. -----

---- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 23 de novembro do ano transato, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Lei n.ºs 20/2012, de 14 de Maio, 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 22/2015, de 17 de Março, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei



n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 100.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando que o contrato a celebrar tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo (alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LTFP), em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo da sua execução, considerando-se, portanto, como trabalho não subordinado (alínea a) , do n.º 1 do artigo 32.º da LTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

----- Considerando que o preço do contrato é de 11.941,08 € anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º da LOE 2017, verifica-se que o valor estimado do contrato referido não ultrapassa os valores globais pagos em 2016 referentes a contratos celebrados com idêntico objeto e ou contraparte. -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença, que possibilita a celebração do contrato em apreço. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere no sentido de: -----

- a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Emitir, por força da conjugação do disposto no n.º 1 e no n.º 7 do artigo 51.º, da LOE 2017 e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro com a redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, autorização prévia favorável relativamente à **renovação** do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, com a **Dr.ª Paula Carla Fernandes Morais**

W
P

da Cunha Granja, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho e no n.º 2, do artigo 51.º, da LOE 2017.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade: -----

a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

b) Emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato de Prestação de Serviços de Assessoria na Área de Recursos Humanos, nos termos da informação dos serviços. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do
Presidente da Câmara Municipal**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas nos dias 05 a 24 de abril de 2017. -----

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----



Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

– Exercício do Direito de Preferência

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de **março de 2017**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Comunicação/Conhecimento dos Contratos de Aquisição de Serviços

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Nos termos do nº 4 do artigo 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei nº 42/2015 de 28 de Dezembro) conjugado com o nº 12 do mesmo artigo, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços é comunicada ao Órgão Executivo. -----

----- Para cumprimento da referida norma, leva-se ao conhecimento de V. Ex.^a, a fim de ser presente à reunião da Câmara Municipal, a seguinte contratação de aquisição de serviços: -----

Nome	Objeto do serviço	Data do Contrato		Valor do contrato
		Início	Fim	
Medidata.Net Sistemas de Informação para Autarquias	Renovação das licenças de software SIGMA e Apoio Técnico	03.04.2017	31.12.2019	58.500,00€

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

W 1
φ

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 13 a 27 de abril de 2017

----- 8 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 27 de abril de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	27/04/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179.014,71	Despesas Orçamentais (*)		1.956.881,05
Execução orçamental	109.108,22		Correntes	1.645.149,10	
Operações de tesouraria	69.906,49		Capital	311.731,95	
			(*) Compromissos	5.535.498,41	
Receitas Orçamentais		2.061.434,51	Operações de tesouraria		112.224,75
Correntes	1.901.564,51		Saldo para o dia seguinte:		300.925,54
Capital	159.870,00		Execução orçamental	213.661,68	
Operações de tesouraria		129.582,12	Operações de tesouraria	87.263,86	
Total		2.370.031,34	Total		2.370.031,34

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 9 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma,

lm
q

referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de abril de 2017 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: José
Teixeira Cardoso Gaio – Freguesia de Fontes**

----- 10 – Presente à reunião requerimento do Senhor, José Teixeira Cardoso Gaio, na qualidade de possuidor, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- **INTRODUÇÃO** -----

----- Através do requerimento supra identificado, José Teixeira Cardoso Gaio, na qualidade de possuidor, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar de Apiais ou Ajuais, com a área de 1156,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 228-B, da freguesia de Fontes, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1577. -----

----- **2. PARECER** -----

----- **2.1 Enquadramento do pedido na Lei** -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 03 de maio de 2017

W
P

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
228-B	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa ampliação de compartes no prédio rústico supra na proporção de 1/4 indiviso a favor de José Teixeira Cardoso Gaio. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 228-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

W
1
x

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

Agrupamento de Escola de Santa Marta de Penaguião

– Pedido de Comparticipação Financeira para Peça de Teatro

----- 11 – Presente à reunião ofício do Agrupamento de Escola de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 938, de 27 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “No âmbito do Plano de Atividades do Agrupamento para este ano letivo, pretende-se realizar no dia 10 de maio, pelas 15.30 horas, uma peça de Teatro intitulada” Comunicar em Segurança”, peça esta que será representada pelos atores da Fundação da Portugal Telecom (PT). -----

----- Este projeto apareceu em 2009, no seguimento da política de responsabilidade social da Portugal Telecom (PT), com o principal objectivo de alertar consciências e combater a iliteracia na utilização das tecnologias de informação, sobretudo nos mais jovens. -----

----- Após conhecimento deste projeto o Agrupamento de Escolas abraçou-o para que desta forma os alunos estejam sempre consciencializados para o perigo da utilização indevida da ferramenta Internet. -----

----- Nesse sentido e perante o exposto, vimos por este meio solicitar V. Ex.ª a cedência do Auditório Municipal e também a comparticipação financeira para o pagamento da referida peça de Teatro para cerca de 200 pessoas, a 1 € cada pessoa, à Terra dos Sonhos – Organização de Solidariedade Portuguesa, sem fins lucrativos. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros).** -----

Serviços da Cultura

**Centro Desportivo Cultural e Recreativo de
Alvações do Corgo – Apoio às Obras do Salão**

----- 12 – Presente à reunião ofício do Centro Desportivo Cultural e Recreativo de Alvações do Corgo, registado sob o n.º 892, de 19 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

W 1
X

----- “A Direção do Centro Desportivo Cultural e Recreativo de Alvações do Corgo vem por este meio solicitar a Vossa Ex. Apoio às obras do salão. Estas obras vão retirar humidades visíveis nas paredes, sendo criadas drenagens e paredes duplas, assim como instalar pladur em toda a extensão do teto do salão e palco. A instalação elétrica no salão, palco, wc e hall de entrada será nova. No exterior será melhorada a drenagem de águas e instaladas caleiras em duas vertentes do telhado. Os orçamentos para estas obras são no total de 9.913,28€ que os anexo a este pedido. Dado que o valor das obras é bastante grande fica por orçamentar o chão do salão e a porta interior de acesso a este.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros).** -----

**Comissão de Festas em Honra de Santa Bárbara – São João
de Lobjigos – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 13 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em Honra de Santa Bárbara – São João de Lobjigos, registo sob o n.º 923, de 26 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Aproxima-se o mês de Julho e como já é habitual, S. João de Lobjigos vai vestir-se de gala para honrar Santa Bárbara nas suas festividades. -----

----- A festa em honra de Santa Bárbara tem tido um contributo fundamental para a União das pessoas da nossa terra e tem criado um dinamismo constante ao longo de todo o ano. -----

----- Estamos determinados a fazer uma grande festa e para isso necessitamos da ajuda de todos. -----

----- O Município tem sido um parceiro imprescindível. Por isso mais uma vez a Comissão de Festas solicita a colaboração do nosso Município. -----

----- Estamos certos que V. Exª fará tudo o que estiver ao seu alcance para nos ajudar e assim contribuir de forma decisiva e determinante para que a Festa em Honra de Santa Bárbara se torne cada vez mais grandiosa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros).** -----



Celebração do dia da EN2 – Autorização da Despesa

----- 14 – Presente à reunião proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Em 11 de maio de 1945 a Estrada Nacional nº 2 entrou para o Plano Rodoviário Nacional. --

----- Desta forma e sendo o Mentor deste grande projeto que é a Rota da Estrada Nacional 2, o Município de Santa Marta de Penaguião irá assinalar o dia, através de um conjunto de atividades criadas para o efeito. -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal a autorização da realização das despesas para o efeito.” -

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao montante de 2.000,00€ (dois mil euros). -----

Serviços do Desporto

Concessão do Direito de Exploração do Bar das Piscinas Municipais

----- 15 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Uma vez que se aproxima a data de abertura das Piscinas Municipais exteriores, tal como tem sido hábito nos anos anteriores, torna-se necessário proceder à abertura de concurso para concessão e exploração do bar das piscinas. -----

----- Assim, face ao exposto proponho que o Executivo Municipal delibere sobre a abertura do concurso, fixe o preço base de licitação do mesmo, bem como aprove o Caderno de Encargos.” -

CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJECTO DO CONCURSO

1.1.O objeto do concurso é a atribuição do direito de exploração **do BAR EXTERIOR DAS PISCINAS MUNICIPAIS** durante o período de Verão (23 de Junho a 15 Setembro);

1.2.O Bar deverá ser apetrechado pelo adjudicatário, relativamente ao equipamento em falta;

2. CONDIÇÕES DE CONCURSO

2.1 O concorrente apresentará na sua proposta o montante que se compromete a pagar pela adjudicação.

3. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

3.1. É proibido o uso por parte dos utentes, de copos ou outro tipo de recipientes em materiais cortantes, nomeadamente copos e garrafas de vidro;

3.2. O funcionário (s) do bar deve (rão) estar identificado (s);

3.3. Quem trabalhar naquele espaço não terá entrada gratuita ao plano de água ou de lazer dos relvados e espaços envolventes;

3.4. A abertura dos portões de acesso para cargas e descargas de materiais para o bar apenas poderá ser feito na presença de um funcionário das piscinas, pelo que só estes terão acesso às chaves dos portões;

3.5. A higienização e desinfeção da área envolvente ao bar, nomeadamente a área de esplanada, deverá ser efetuada diariamente pelo adjudicatário, sendo os utensílios e produtos de limpeza da sua responsabilidade;

3.6. O horário de abertura é às 9 horas e encerramento às 24 horas;

3.7. O bar deverá manter-se aberto ao público sempre que as piscinas se encontrem também abertas ao público;

3.8. O adjudicatário terá que acatar qualquer tipo de indicações técnicas, para o funcionamento daquele espaço, sempre que vier a demonstra-se pertinente e que sejam atempadamente comunicadas pelo responsável técnico das piscinas;

3.9. O adjudicatário tem que cumprir os princípios gerais do interesse público e que constam do Regulamento do Complexo Municipal de Piscinas de Santa Marta de Penaguião, nomeadamente os princípios de igualdade no serviço de atendimento aos utentes das piscinas;

3.10. Se o adjudicatário não cumprir o anteriormente referido poderá enquadrar-se em comportamento grave e contrário aos bons princípios de atuação do Município, podendo por esta via implicar a imediata cessação da exploração concedida, sem qualquer direito de indemnização;

3.11. Quaisquer esclarecimentos a dúvidas ou dificuldades de interpretação destas obrigações, será da responsabilidade do Município de Santa Marta de Penaguião.

3.12. O adjudicatário deverá efetuar o pagamento do valor da adjudicação, até ao 8º dia útil após a comunicação da adjudicação;

MI
P

3.13. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo referido no número anterior, a concessão será feita ao concorrente classificado em 2º lugar.

3.14. No caso de haver um único concorrente e se se verificar o incumprimento do ponto 3.12, considerar-se-á o concurso como deserto, abrindo-se um novo procedimento.

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso para concessão e exploração do bar das piscinas, o respetivo Caderno de Encargos e fixar o preço base de licitação em 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).** -----

Real Clube de Penaguião – IV Penaguião Cup

– Pedido de Apoio Financeiro

----- 16 – Presente à reunião ofício do Real Clube de Penaguião, registo sob o n.º 771, de 03 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O Real Clube Penaguião irá realizar o IV Penaguião Cup. -----

----- Programa: -----

----- 21 de Maio – Torneios - Juniores, Infantis, Benjamins e Futsal Feminino: -----

----- Será um evento que em muito prestigiará o nosso clube e o nosso concelho. -----

----- Trata-se de uma atividade que contará com a presença de um número considerável de atletas e acompanhantes. -----

----- Estamos certos que estes encontros nos trarão inúmeras despesas (Lanches, Jantar, Arbitragem, Troféus...), assim, gostaríamos que a digníssima Câmara Municipal a que V. Ex.º mui bem preside, ajudasse a minorar os custos desta atividade com a atribuição de um subsídio.

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.000,00€ (mil euros).** -----

W
P

Clube de BTT Trilhos de Penaguião

– Pedido de Apoio Financeiro

----- 17 – Presente à reunião ofício do Clube de BTT Trilhos de Penaguião, registo sob o n.º 772, de 03 de abril do corrente ano, dando conhecimento, que no próximo dia 14 de maio vão organizar pelo terceiro ano consecutivo um evento de BTT – **“3.º BTT nos Trilhos de Santa Marta”**. A realização desta prova vai permitir trazer a Santa Marta um grande número de participantes, entre 250 a 350 atletas. -----

---- Estando esta prova incluída e pontuável para a Taça Regional XCM da Associação Regional de Ciclismo de Vila Real, o que acarreta mais responsabilidade, maior envolvimento de meios humanos e matérias, prevendo-se um gasto global de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos e cinquenta euros), solicitam à Câmara Municipal um apoio financeiro, para a realização do referido evento. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.000,00€ (mil euros).** -----

Rampa SANTA MARTA – Parceria com o Clube Automóvel da

Régua - Comparticipação Financeira – Protocolo de Colaboração

----- 18 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “O regime jurídico das autarquias locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determina no seu artigo 23.º que constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio dos tempos livres e desporto. -----

----- A Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK) mais uma vez, este ano, incluiu a RAMPA SANTA MARTA no calendário do Campeonato Nacional de Montanha, cuja prova se realizará nos dias 17 e 18 do próximo mês de Junho. -----

----- Nos termos do regulamento deste campeonato, a organização desta prova cabe à FPAK e ao CAR – Clube Automóvel da Régua, a qual se regerá pelo Código Desportivo Internacional, -----

W
P

Prescrições Gerais de Automobilismo e Karting, Prescrições Específicas de Montanha, Regulamento técnico correspondente e pelo Regulamento Desportivo do Campeonato, Taças e Troféus Nacionais de Montanha 2017 e seus anexos. -----

----- Desta forma, como se infere dos regulamentos referidos aprovados pelas entidades que regem esta modalidade desportiva, está o Município impossibilitado de organizar e realizar como sendo seu este evento desportivo, a não ser em parceria com o CAR – Clube Automóvel da Régua. -----

----- O sucesso evidente que esta prova tem tido nas suas últimas edições quer em termos desportivos quer em termos promocionais do Concelho a nível regional, nacional e até internacional, através da comunicação social – jornais e revistas da modalidade, rádio e televisão – assim como através de milhares de pessoas amantes das provas automobilísticas que nos dias da realização da prova nos visitam, justificam o apoio logístico e financeiro do Município para que a sua concretização venha a ter o êxito que todos desejamos. -----

----- Nestes termos, propõe-se ao Executivo que nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugado com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e suas ulteriores alterações, delibere: -----

- a) Aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao CAR – Clube Automóvel de Régua no valor de 8.000,00€ (oito mil euros), para em parceria com o Município organizar a Rampa de Santa Marta, bem como o apoio logístico; -----
- b) Aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município e o CAR-Clube Automóvel da Régua, o qual conterà de forma discriminada as obrigações de ambas as partes, anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 8.000,00€ (oito mil euros) ao Clube Automóvel da Régua, para, em parceria com o Município, organizar a RAMPA SANTA MARTA, bem como, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar.** -----



Serviços da Ação Social

Associação Penaguião em Movimento – Ida a Pé a Fátima

– Pedido de Apoio Financeiro

----- 19 – Presente à reunião ofício da Associação Penaguião em Movimento, registado sob o n.º 886, de 19 de abril do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “O Grupo "Chaquiços" sediado na cidade do Peso da Régua, organiza já há alguns anos uma caminhada a Fátima. -----

----- Este ano são mais ou menos 23 pessoas que se deslocam a pé e elementos do grupo dão a devida assistência, levando carrinhas de apoio (sendo estas também gentilmente cedidas por particulares e/ou empresas, estas transportam os pertences de todos os participantes e todo o material de apoio (alimentos, bebidas...)). Toda esta logística requer muito esforço e encargos financeiros, este ano com a vinda do Santo Padre (Papa) e os 100 anos das Aparições, os encargos são acrescidos. -----

---- Como neste grupo vão também pessoas deste concelho, mais propriamente elementos que estão ligados à Associação Penaguião em Movimento, assim é em nome desta, que vimos solicitar a V.ª Ex.ª um pequeno apoio financeiro, de forma apoiar a nossa peregrinação, embora que cada um de nós irá também contribuir para estas despesas, mas se conseguirmos alguns apoios externos será para nós uma mais-valia. -----

----- Assim, apelamos à generosidade desta Câmara Municipal e nos atribua um apoio financeiro de forma a tornar a nossa missão mais facilitada.” -----

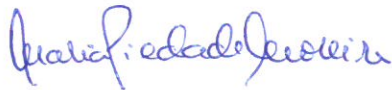
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não atribuir o apoio financeiro solicitado.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 20 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:45 horas. -----

A Coordenadora Técnica,



(Maria da Piedade Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)